

Práticas pedagógicas no processo de alfabetização: reflexões sobre o letramento escolar

Pedagogical practices in the literacy process: reflections on school literacy

DOI:10.34117/bjdv8n4-420

Recebimento dos originais: 21/02/2022

Aceitação para publicação: 31/03/2022

Sheyla Maria Sales Mesquita

Mestra em Ciências da Educação

Instituição: Universidade Interamericana

Endereço: R. Campos Sáles, 145 - Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu - PR, CEP:85863-170

E-mail: sheyla.mariasales@gmail.com

Marcel Pereira Pordeus

Mestre em Planejamento e Políticas Públicas

Instituição: Universidade Estadual do Ceará-(UECE)

Endereço: Av. Dr. Silas Munguba, 1700 - Itaperi, Fortaleza - CE, CEP: 60714-903

E-mail: marcel.pordeus@aluno.uece.br

Caio Leonam Vieira Pordeus

Graduando do curso de Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa

Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC)

Endereço: Av. da Universidade, 2853 - Benfica, Fortaleza - CE, CEP: 60020-181

E-mail: cvieirapordeus@gmail.com

Francisco César Cajazeira

Graduado em Pedagogia

Instituição: Faculdade Ateneu

E-mail: cesarcajazeira20@gmail.com

Sandra Gláucia Bezerra Sales

Graduada em Pedagogia

Instituição: Universidade Ateneu

E-mail: sandraglucia1108@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa é resultado da reflexão sobre as práticas de alfabetização e letramento escolar que ocorrem nos anos iniciais do Ensino Fundamental, cujo objetivo é compreender como as mesmas são desenvolvidas no plano escolar, neste processo indissociável de alfabetização. Como metodologia, utilizou-se a pesquisa bibliográfica sobre o contexto de compreender as práticas de alfabetizar letrando e as possíveis estratégias de ensino sobre o letramento escolar. Discorrem sobre as teorias e conceitos essenciais para o âmbito escolar, fundamentada nas referências de estudiosos da área, compreendendo o sentido da estreita relação entre indivíduo e sociedade. Por serem desenvolvidas no contexto escolar, este espaço torna-se produtor de multiletramentos, perpassando pela formação continuada de professores e atores pedagógicos envolvidos.

no processo ensino-aprendizagem, de forma dinâmica e prazerosa, capaz de ajudar a criança a compreender os usos da leitura e escrita voltadas para o convívio social. Portanto, as reflexões aqui pontuadas não se encerram por si mesmas, pelo contrário, abrem-se novos olhares na criação de estratégias desafiadoras de aprendizagem, sendo a escola o ambiente propício para a efetivação de alfabetizar letrando.

Palavras-chave: alfabetização, letramento, escola.

ABSTRACT

This research is the result of reflection on literacy practices and school literacy that occur in the early years of Elementary School, whose objective is to understand how they are developed at the school level, in this inseparable process of literacy. As a methodology, bibliographic research was used on the context of understanding literacy practices and possible teaching strategies on school literacy. They discuss essential theories and concepts for the school environment, based on the references of scholars in the area, understanding the sense of the close relationship between individual and society. of teachers and pedagogical actors involved in the teaching-learning process, in a dynamic and pleasant way, capable of helping the child to understand the uses of reading and writing aimed at social life. Therefore, the reflections punctuated here do not end by themselves, on the contrary, new perspectives are opened in the creation of challenging learning strategies, with the school being the propitious environment for the effectiveness of literate literacy.

Keywords: literacy, literacy, school.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de um levantamento bibliográfico acerca dos processos de alfabetização e letramento realizados nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Ao adquirir conhecimentos sobre os princípios teóricos de alfabetizar e letrar, admite-se que a Língua é empregada com propósitos comunicativos e assume *status* nas diversas atividades interativas na sociedade atual.

Dentro deste contexto, o trabalho apresenta como questão norteadora da pesquisa: como se dar o processo de alfabetização na perspectiva do letramento? Isso se justifica pela importância de contribuir com as discussões sobre Alfabetização e Letramento, examinando as estratégias aplicadas nas relações de ensino da escrita. Com base nessa indagação, apresenta-se como objetivo: compreender as práticas de letramento que podem ser desenvolvidas no processo de alfabetização no contexto escolar.

Como sustentação teórica, apoiamo-nos nas assertivas de Soares (2003), Castanheira (2008), Mendonça (2007), Ana Teberosky e Emília Ferreiro (1999), e Kleiman (1995). Refere-se a uma pesquisa bibliográfica com enfoque de estudo qualitativo. Serão discutidos assuntos que dizem respeito às práticas de alfabetização, na

perspectiva do letramento. O conteúdo deste artigo será fundamentado na teoria do letramento destacando suas práticas, sobretudo suas origens e as principais ideias acerca de seu uso. Espera-se por meio dessa temática de estudo compreender as práticas de como alfabetizar letrando e as possíveis estratégias de ensino sobre o letramento escolar.

2 METODOLOGIA

Quanto aos objetivos gerais traçados no marco teórico, essa pesquisa caracteriza-se como exploratória (GIL, 2002), pois busca mais informações acerca de uma temática, a fim de contribuir na compreensão adequada da realidade estudada: os processos de alfabetização e letramento desenvolvidos nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A presente pesquisa classifica-se como uma pesquisa bibliográfica, pois o levantamento de dados foi realizado por meio de consulta bibliográfica de autores que discutem a temática em questão, tais como: Kleiman (1995), Teberosky e Ferreiro (1999), Soares (2003), Mendonça (2007) e Castanheira (2008). Segundo Gil (2002, p. 61), “[...] esse levantamento bibliográfico pode ser entendido como um estudo exploratório, posto que tenha a finalidade de proporcionar a familiaridade do aluno com a área de estudo na qual está interessado, bem como sua delimitação”.

3 UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DOS CONCEITOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

A Educação e as ciências interdisciplinares como a Sociologia, a História e Antropologia têm dado suporte teórico a dois campos de investigações distintos, que se configuram como Letramento (habilidades e práticas sociais da escrita) e a Alfabetização (aprendizagem inicial da língua escrita). Entende-se como conceitos distintos e complementares (SOARES, 2003).

3.1 O CONCEITO DE ALFABETIZAÇÃO

De acordo com pesquisas sobre alfabetização no Brasil, esses discursos se tornaram intensos por volta dos anos de 1980, em meio a debates teóricos interacionistas e construtivistas, na tentativa de contribuir com políticas de reformas educacionais para superação do fracasso escolar, propondo mudanças no ensino de alfabetização de crianças (MORTATTI, 2010).

Neste percurso histórico, a autora aponta que em sociedades modernas os não alfabetizados são integrados no mundo letrado com objetivo de atender perspectivas pertinentes, enquanto reivindica ações efetivas de garantia do direito fundamental da pessoa humana no campo da cultura linguística. Nessa direção, Mortatti (2010, p. 329) declara:

Em sociedades letradas contemporâneas, essa relação tanto impõe a necessidade de inserção/inclusão dos não alfabetizados no mundo público da cultura escrita e nas instâncias públicas de uso da linguagem, quanto demanda a formulação de meios e modos mais eficientes e eficazes para implementar ações, visando concretizar essa inserção/inclusão, a serviço de determinadas urgências políticas, sociais e educacionais.

Etimologicamente, a palavra alfabetização significa “ato ou efeito de alfabetizar”; ou “Difusão do ensino primário, restrito ao aprendizado da leitura e escrita rudimentares”, ou ainda, “Processo de aquisição do código linguístico e numérico; letramento”¹, quando relacionado à área da Pedagogia. Assim, entende-se que alfabetizar tem por propósito basilar desenvolver habilidades de codificar a Língua oral (escrita) e decodificar a Língua escrita (leitura).

Segundo Carvalho (2015, p. 65), “[...] o uso da palavra alfabetização no sentido restrito de aprendizagem inicial da leitura e escrita, isto é, a ação de ensinar (ou o resultado de aprender) o código alfabético, nas relações entre letras e sons.” Assim, a autora destaca o caráter primordial da alfabetização, que é ensinar a representação simbólica (grafia) do sistema alfabético e a sonoridade grafema-fonema com o propósito de alcançar uma aprendizagem autêntica, nesse período.

Sobre as práticas de alfabetização, Soares (2003, p. 71), afirma que é possível “[...] ensinar a ler e escrever interagindo com práticas pedagógicas que contemplem as possibilidades de uso da leitura e da escrita, na sociedade, de maneira que o indivíduo venha a participar como leitor/escritor fluente, em grupos letrados”. Concorde-se com a autora quanto à essa relação entre os conceitos, entendendo que esse hábito da leitura e escrita fluente favorece o contínuo de construção do letramento que segue ao longo da vida acadêmica e profissional do aluno.

Segundo Castanheira (2008, p. 19): “Para dar sentido à memorização da ordem alfabética, o professor deverá incentivar a aprendizagem do alfabeto juntamente com seus usos sociais.” Portanto, os processos são envolvidos na aprendizagem inicial do sistema

¹ Significados retirados do Dicionário Michaelis, Editora Melhoramentos, 2020. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=Lzmv>. Acesso em: 25 mar. 2022.

de escrita alfabética, como a ordenação das letras devem ser orientadas pelo professor, no sentido de ampliar o entendimento da criança sobre classificação e organização de elementos de uso concreto no seu cotidiano.

Acerca das discussões sobre alfabetização, Magda Soares (2016, p. 27) reconhece a natureza complexa da alfabetização e acrescenta: “[...] Alfabetização no estado atual das Ciências Linguísticas, da Psicologia Cognitiva, da Psicologia do Desenvolvimento é processo complexo que envolve várias componentes ou facetas e demanda diferentes competências.” Neste enfoque, a autora comenta que esse processo se fundamenta em diferentes estudos teóricos, gerando distintas definições e encarregando, a escola, de organizar em conjunto esses saberes na tentativa de formação integral dos educandos.

Carvalho (2015) se reporta aos métodos de ensino que há décadas orientavam a prática pedagógica. As concepções se baseavam de um lado nos métodos sintéticos (soletração ou método alfabético, combinando letras e sons progressivamente, fônicos e silabação) por outro, davam-se crédito aos analíticos (iniciando pelo todo até chegar a análises das partes menores) que enquadram a palavração, sentencição. Constavam, também, os sintéticos-analíticos e métodos de contos.

Entendemos que esses métodos, anteriormente citados, se orientam pelo paradigma tradicional com predominância de ensino conteudista, propondo atividades homogêneas sem considerar os saberes anteriores e as especificidades dos alunos na prática escolarizada da escrita. O professor, nessa concepção, espera que todos tenham o mesmo desempenho na aprendizagem, o que na maioria das vezes não é possível. Orientações bem diferentes estão emergindo para revigorar a prática pedagógica beneficiada pela integralidade, reconstruindo o conhecimento e respeitando à maneira espontânea de cada um aprender.

As sociedades modificam-se exigindo maiores níveis de escolaridade e formação profissional. Certamente, o conceito e o ensino da alfabetização tende a se modificar continuamente, no ponto de vista das relações com o trabalho e as inovações tecnológicas em curso. O modelo de 1958, sobre a pessoa funcionalmente letrada foi modificado durante a Conferência Geral da UNESCO, em 1978. Segundo critérios da UNESCO (*apud* SOARES, 2003, p. 73):

Uma pessoa é funcionalmente letrada quando pode participar de todas aquelas atividades nas quais o letramento é necessário para o efetivo funcionamento de seu grupo e comunidade e também, para capacitá-la a continuar usando a leitura, a escrita e o cálculo para seu desenvolvimento e de sua comunidade.

Percebe-se que a proposta da Unesco aponta características de uma pessoa funcionalmente letrada para os padrões de atuação, tanto no mercado de trabalho, quanto para atender necessidades básicas mediadas pelo entendimento da leitura, escrita e cálculo. A partir da década de 1970 emergem estudos na área interdisciplinar da Ciência Cognitiva da leitura, que revelou o funcionamento cerebral e os processos de aprendizagem da escrita, contrapondo-se ao ensino de modo espontâneo proposto por algumas teorias. Sobre isso, a Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, discorre que:

A palavra alfabetização é muitas vezes usada de modo impreciso, resultando confusão pedagógica e didática, dificuldade de diálogo entre as pessoas envolvidas na educação, além de desconhecimento para os pais, que umas vezes acreditam que seus filhos foram alfabetizados, quando, na verdade, mal sabem ler palavras (BRASIL, 2019, online).

As capacidades linguísticas da leitura e da escrita não acontecem de modo instintivo, devem ser aprendidas de forma ordenada, passo a passo compreendendo o sentido fonológico do código alfabético e os grafemas (sinais gráficos para codificar), alertando professores sobre a importância dessa comprovação científica. Indagando sobre a eficácia dos métodos de ensino, comentado anteriormente, foram propagadas pesquisas sobre a Psicogênese da língua escrita em torno da década de 1980, como alternativa para superação das dificuldades escolares de crianças da escola pública brasileira. Segundo tal princípio, as argentinas Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1999, p. 290) comentam: “Na sua proposição tradicional, a escola ignora esta progressão natural, e propõe um ingresso imediato ao código escrito, acreditando facilitar a tarefa se se desvendam, de saída, todos os mistérios.” Assim, nessa concepção a alfabetização é entendida como uma exploração natural e progressiva dos aspectos da escrita.

3.2 O CONCEITO DE LETRAMENTO

Os estudos sobre letramento exploram os usos da escrita e o sentido que assumem em sociedades ágrafas ou burocráticas desde o século XVI, decorrentes do desenvolvimento educacional, políticos, sociais e cognitivos (KLEIMAN *apud* HEATH, 1986). Para Soares (2003), a palavra letramento é uma conotação para o português do termo inglês *literacy*, que significa o “[...] estado ou condição que assume aquele que passa a ter conhecimento da leitura e da escrita”. Desempenhar efetiva participação nos eventos de letramentos significa atender novas demandas sociais, econômicas, políticas e culturais.

Conforme estudos de Scribner e Cole (1981 *apud* KLEIMAN, 1995), o letramento é definido “[...] como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos.” Sendo assim, cada grupo cultural se comporta de acordo com estruturas próprias do seu contexto de uso da escrita, gerando distintos letramentos com objetivos particulares, podendo mudar segundo essas situações mudam. Com isso, entende-se que letramento se constitui como prática social da escrita, podendo ser alterado construindo sentido de acordo com a situação comunicativa. Portanto, a escola poderá se tornar um espaço de produção de multiletramentos desde que seus participantes objetivem um ensino-aprendizagem dinâmico e prazeroso capaz de ajudar a criança a compreender os usos da escrita na vida social.

Sobre o processo de letramento, Castanheira (2007) afirma que:

[...] é um processo dinâmico em que o significado de ação letrada é continuamente construído e reconstruído por participantes, quando se tornam membros de um grupo social (turmas escolares, grupos profissionais e sociais diversos) (CASTANHEIRA, 2007, p. 9).

Segundo a autora, o letramento apresenta diferentes possibilidades, alguns em níveis mais simples outros complexos, dependendo do contexto e do lugar da interlocução. Quando nos referimos a formação de um sujeito escolarizado e letrado, pensamos nas práticas exercidas no cotidiano da sala de aula como as rodas de leitura, contação de histórias, acesso ao livro na biblioteca, assim também como as digitais, nas oficinas e projetos de leitura.

Entre os espaços significativos de promoção de letramentos, na sociedade, a estrutura escolar, em particular, representa elementos de uma cultura que valoriza a alfabetização como prática letrada para desenvolver habilidades individuais primordiais para o sucesso acadêmico dos sujeitos. Descuida-se, portanto, da noção de letramento associado a dimensão social desse fenômeno, produzindo efeitos característicos distintos na família, na igreja, no trabalho (KLEIMAN, 1995).

Como condição de participação social e exercício da cidadania, fazem-se necessário colocar o aluno em convívio direto com materiais que trabalhe a leitura e a escrita nas suas diferentes funções. Com efeito, conforme o conceito de Soares (2003, p. 18) letramento está definido como “[...] o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita”. Sendo assim, o resultado da apropriação

da leitura e da escrita confere novas características ao aprendiz para além do uso efetivo e subjetivo da linguagem, aproximando-o das oportunidades de poder, autonomia e condução de comportamentos pertencentes aos sistemas representativos da escrita.

No que diz respeito ao letramento e escolarização, a pesquisadora Magda Soares (2003) explica:

O conceito de letramento torna-se, assim, fundamentalmente determinado pelas habilidades e práticas adquiridas através de uma escolarização burocraticamente organizada e traduzida nos itens de testes e provas de leitura e de escrita (SOARES, 2003, p. 85).

Neste sentido, a autora considera que o letramento escolarizado seja consequência de uma estrutura organizativa que determina quais habilidades devem ser desenvolvidas para alcançar o sucesso escolar e o desempenho dos alunos obtidos através de teste. Continuando a reflexão como esse fenômeno ocorre em um meio institucionalizado, de acordo com as assertivas de Carvalho (2018, p. 72): “O letramento escolar, entendido como o conjunto de atividades, práticas pedagógicas, recursos e materiais didáticos relacionados com a leitura e a escrita.”

Neste contexto, o letramento escolar é visto como um agrupamento de ações, meios e instrumentos idealizados pela escola para desenvolver habilidades de leitura e de escrita e suas associações. A autora considera com atenção as salas de aula e as de leitura, comparando a posição teórico-metodológica dos profissionais de educação dentro desses espaços educativos. Pensando a Língua como construção social e revendo sua história, a cultura da escrita está assumindo práticas letradas com inúmeras possibilidades de representações através de imagens, cores, sons e movimentos. Sobre isso Senna (2002, p. 200) enfatiza que:

Hoje, mediante a banalização das tecnologias hipertextuais, vivemos uma era que substitui pouco a pouco a tecnologia da escrita em papel, a era da informática no qual o texto e sua escrita inundam-se de possibilidades as mais dinâmicas e atemporais.

O autor comenta sobre a dinâmica da cultura escrita seguindo as transformações da sociedade, onde o texto se apresenta em forma de cores, imagens e sons veiculados de forma digital abrindo possibilidades, não se podendo negar essa apresentação da linguagem formando uma rede de comunicação global. Como foi anteriormente abordado, oferecer condições escolarizadas de ensino da linguagem que apresente proximidade com seus variados usos na sociedade, propicia aprendizagens significativas.

Na abordagem de Dolz e Abouzaid (2015, p. 10): “O desenvolvimento das capacidades de linguagem dos alunos não pode se realizar trabalhando unicamente um gênero ou uma família de gêneros. Abordar a dinâmica comunicacional entre os gêneros é indispensável.”

Nessa perspectiva, a linguagem na sociedade não é monóloga, daí a necessidade de articular várias linguagens em torno dos gêneros textuais em sala de aula, e a partir dessas reflexões criar estratégias desafiadoras de aprendizagem. Ao discorrermos sobre as abordagens dos gêneros textuais, como práticas que favorecem o letramento escolar, comuns nas salas de aula, destaca-se neste contexto a leitura literária. As crianças, antes de entrar na escola, já possuem experiências em eventos de leituras literárias infantis provenientes da família ou na comunidade, em nível maior ou menor de letramento.

Sobre esse assunto, Failla (2016) comenta que:

Se as políticas públicas dos últimos anos têm acertado no esforço de garantir amplamente o acesso material ao livro literário, falta ainda a contrapartida de investimentos sólidos na formação e atualização dos mediadores (professores, bibliotecários, animadores culturais etc.) (FAILLA, 2016, p. 96).

A autora relata a falta de uma boa formação e atualização dos mediadores de leitura. Para ela, o professor pesquisador deve mostrar interesse e capacidade leitora de conhecimento. Também se refere ao descaso dos governantes, que não se preocupam em investir na qualidade do ensino, principalmente na formação do corpo docente, deixando aquém o controle da capacidade de cada professor.

4 PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO: O QUE A LITERATURA APONTA

É importante refletir sobre as práticas pedagógicas para transformá-las, caso seja necessário. Nesse sentido, Franco (2012, p. 170) argumenta que: “Construir e desconstruir; começar de novo; acompanhar e buscar novos meios e possibilidades. Essa dinâmica é o que faz da prática uma prática pedagógica.” As práticas aqui discutidas dizem respeito à organização sistemática da ação do professor e as estratégias que podem ser utilizadas por ele no sentido de contribuir com o processo de alfabetização e letramento escolar.

Com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa: “Valorizar a leitura como fonte de informação, via de acesso aos mundos criados pela literatura e possibilidade de fruição estética, sendo capazes de recorrer aos materiais

escritos em função de diferentes objetivos” (BRASIL, 1997, p. 33). Considerando os conceitos de língua portuguesa para o Ensino Fundamental, percebe-se a importância da leitura no desenvolvimento da literatura como um todo, isto é, mostra a diversidade e a interdisciplinaridade da aprendizagem para o conhecimento geral, principalmente a leitura das práticas sociais. Segundo este documento:

[...] é necessário que se compreenda que leitura e escrita são práticas complementares, fortemente relacionadas, que se modificam mutuamente no processo de letramento — a escrita transforma a fala (a constituição da “fala letrada”) e a fala influencia a escrita (o aparecimento de “traços da oralidade” nos textos escritos). São práticas que permitem ao aluno construir seu conhecimento sobre os diferentes gêneros, sobre os procedimentos mais adequados para lê-los e escrevê-los e sobre as circunstâncias de uso da escrita (BRASIL, 1997, p. 35).

No Ceará, baseado em um estudo em parceria com o governo estadual e diversas entidades de proteção às crianças e órgãos de educação, como as universidades particulares e públicas do Estado, foi feito em 2005 um levantamento sobre o processo de alfabetização das crianças de até sete anos, onde foi constatado que somente 27% dos alunos sabiam ler e compreender o que liam; à partir destes resultados e baseado nos estudos de Amália Simonneti e Magda Soares, foi criado o maior programa de alfabetização do Ceará: Programa De Alfabetização na Idade Certa – PAIC, com eixos norteadores para combater o analfabetismo funcional de crianças no processo de alfabetização, que agregou aos municípios ao Imposto sobre Circulação de Mercadoria (ICMS), metas a serem alcançadas na melhoria do processo de alfabetização das crianças, estipulando que todas deveriam ser alfabetizadas até, no máximo 7 (sete) anos; processo este também mensurado por uma avaliação externa anual chamada Sistema de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE-ALFA), que até hoje é feita com todos os municípios. Este programa viria dar origem e servir de exemplo para todo o país em 2014, com a criação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) a nível federal.

Outro documento que se buscou uma aproximação com as práticas propostas para alfabetização dos alunos dos anos iniciais foi a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Encontramos nesse documento a indicação de práticas diversificadas e articuladas de leitura e escrita, focadas na alfabetização dos alunos, na perspectiva de alfabetizar letrando.

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para se apropriarem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramento (BRASIL, 2017, p. 55).

Sobre as práticas de alfabetização e letramento, a BNCC indica que devem considerar o universo infantil, as culturas infantis tradicionais e atuais, priorizando os conhecimentos prévios das crianças, as brincadeiras, obras artísticas e cantigas que contribuem para ampliar as experiências culturais das crianças facilitando o acesso à cultura letrada.

Afinal, aprender a ler e escrever oferece aos estudantes algo novo e surpreendente: amplia suas possibilidades de construir conhecimentos nos diferentes componentes, por sua inserção na cultura letrada, e de participar com maior autonomia e protagonismo na vida social (BRASIL, 2017, p. 61).

Assim, entende-se que há necessidade de trazer o brincar para a sala de aula, explorando materiais apropriados com atividades inovadoras que estimulam a inteligência para criar, despertando o interesse pela leitura e a escrita. Sobre isso, Castanheira (2008, p. 52) propõe:

As atividades lúdicas e as brincadeiras também auxiliam no desenvolvimento do raciocínio e da criatividade. Trata-se, portanto, de um procedimento didático que deve ser utilizado em algumas situações de ensino e aprendizagem (por exemplo, na descoberta e/ou memorização de algumas regras do sistema alfabético por meio da exploração de jogos de memória e no desenvolvimento da consciência fonológica em brincadeiras, jogos e cantigas que trabalham com rimas e aliterações) e que possibilita aos professores aliar prazer e divertimento nas rotinas de trabalho na sala de aula.

Com o procedimento didático envolvendo o lúdico, a criança expressa múltiplas linguagens (condição para atuar em novos letramentos), desenvolve habilidades de lidar com regras, de manipular fonemas, além de despertar o interesse em frequentar a escola e valorizar o conhecimento. Os jogos e as atividades lúdicas também aparecem como estratégias pedagógicas para alfabetizar, na perspectiva do letramento nas propostas do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC):

[...] em relação às formas de organização do trabalho pedagógico, os jogos se configuram como atividades lúdicas desenvolvidas como recurso em várias modalidades da atividade pedagógica atrelado à mediação do docente. Atividades que envolvem o brincar com a língua, tais como o jogo da forca, adedonha, palavras cruzadas, dentre outros, já são desenvolvidas pelas crianças, mesmo antes da escola (BRASIL, 2012, p. 23).

Desse modo, os jogos se configuram como recursos pedagógicos positivos na relação da criança com o conhecimento, com as outras crianças, antes de entrar na escola ou sob a mediação do professor significam um direcionamento pelo docente e como recurso que direciona. Ainda na perspectiva do PNAIC, encontramos outras formas de elaboração do trabalho pedagógico para o ciclo de alfabetização: as sequências didáticas, os projetos didáticos e as atividades permanentes. Segundo esse documento, tais atividades devem fazer parte da rotina escolar para o ciclo de alfabetização, além de jogos (BRASIL, 2012).

O planejamento de atividades envolvendo as sequências didáticas deve articular diferentes eixos do ensino numa ação interdisciplinar de alfabetizar e letrar. Sobre isso, O PNAIC confirma:

As sequências didáticas são atividades planejadas de forma sequenciada, de modo que a ordem interfere na sua realização; as respostas dos alunos a uma atividade direcionam e são mobilizadas na atividade seguinte. Em relação ao ensino da língua, por meio dessa forma de organizar o trabalho pedagógico, um mesmo conteúdo pode ser revisitado em diferentes aulas, de modo articulado e integrado (BRASIL, 2012, p. 19).

Desse modo, entende-se que as sequências didáticas contribuem para aprimorar a leitura e a escrita numa condição de aprendizagem mais ampla e atraente, permitindo ao aprendiz expressar-se bem em situações comunicativas formais e informais.

Para a melhoria da qualidade de ensino direcionada aos anos iniciais do Ensino Fundamental, a formação de professores representa missão importante articulada entre o Ministério da Educação e seus entes federados. Meta estabelecida e reiterada nos vários documentos norteadores da educação pública brasileira: Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional – LDB, Plano Nacional de Educação – PNE (âmbito federal, estadual e municipal), e, por último, a Lei que cria o novo Fundo do Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, traz a formação continuada como eixo estruturante para o país continuar avançando na melhoria da educação.

Professores alfabetizadores, bem preparados, motivados e comprometidos com o desafio de orientar as crianças nesta etapa da trajetória escolar, materiais didáticos e pedagógicos apropriados e que estimulem a aprendizagem, tais como livros didáticos, paradidáticos, obras de literatura, jogos e mídias variadas são elementos que constroem este universo de letramento e alfabetização, que nossos alunos necessitam para adentrar no mundo social e prazeroso da linguagem e da escrita. Com vistas a formar um estudante capaz de participação ativa no trabalho e em diversas esferas sociais, o estado do Ceará

instituiu o Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC), à luz da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) precisamente para auxiliar as escolas na elaboração de suas propostas pedagógicas da Educação Infantil e Ensino Fundamental. Nesse sentido, o Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC, SEDUC, 2019, p. 34) declara:

Cabe, portanto, ao estado a responsabilidade de apoiar os municípios e redes de ensino com orientações que favoreçam a elaboração de propostas curriculares municipais e projetos pedagógicos escolares. Esperamos que seja cumprido o que estabelece o Documento e que isso resulte no desenvolvimento de concepções pedagógicas que contribuam para a construção de uma sociedade mais humana e socialmente justa, além de atendidas as especificidades regionais e locais.

Os assuntos registrados evidenciam possibilidades de valorizar as especificidades culturais como arte popular (xilografia, por exemplo), folclore, literatura e diversos outros letramentos sociais como prática real pertencente ao povo cearense. Essas asserções do DCRC significam mudanças importantes no modelo tradicional do ensino de língua portuguesa.

5 CONCLUSÃO

Diante das teorias estudadas, entendemos a importância das práticas pedagógicas no processo de alfabetização. Percebemos também o quanto enriquece o ensino quando se utiliza das práticas de letramento; isso é o que chamamos de aprendizagem significativa. Dentro dessa realidade, o professor mediador tem seu papel fundamental para o desenvolvimento da aquisição do conhecimento. Desta forma, visando uma melhor qualidade no ensino, as práticas estabelecem os conhecimentos múltiplos, ou seja, a interdisciplinaridade das práticas de leitura e escrita, voltada para o convívio social. É a partir daí que as crianças começam a desenvolver seu processo cognitivo.

Descobrimos algumas estratégias indispensáveis para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos no ciclo de alfabetização, tais como: a articulação com a cultura infantil, por meio de jogos e atividades lúdicas, o trabalho com a diversidade de gêneros textuais. Tais práticas comprometidas com uma educação capaz de formar cidadãos aptos às práticas sociais, ou seja, cidadãos letrados.

Ressaltamos ainda as teorias de métodos eficientes para o aperfeiçoamento dos docentes, como cita Mendonça (2007): “[...] pois, do desempenho e da metodologia do professor dependerá o sucesso do aluno”. Nesse sentido, não adianta as ferramentas nas

mãos de quem não sabe usar. O embasamento teórico-científico é importante, e tem por finalidade facilitar essa conduta de professores e educadores.

Este artigo nos possibilitou uma oportunidade de aprofundar nossos conhecimentos no que diz respeito à questão da Alfabetização e Letramento Escolar. Partindo do princípio da educação formadora, foi percebido um grande avanço ao longo dos tempos. Houve um resultado significativo em comparação aos dias atuais. Percebemos também que não há um método único de alfabetizar e letrar. Isso se dar através de um conjunto de práticas relacionadas entre si.

Contudo, conclui-se que apesar das dificuldades presentes, o envolvimento, o comprometimento dos professores e uma boa formação, é possível chegar a um objetivo comum. Porém, para que haja um aprofundamento mais preciso desta temática, recomenda-se um estudo com base em pesquisa de campo, dando ênfase às práticas docentes vivenciadas no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Governo Federal. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2017.

BRASIL Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA: Política Nacional de Alfabetização/Secretaria de Alfabetização**, Brasília: MEC, SEALF, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf Acesso em: 13 mar. 2022.

CARVALHO, Marlene. **Alfabetizar e Letrar: um diálogo entre a teoria e prática**. 12. ed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

CASTANHEIRA, Maria Lucia; GREEN, Judith L.; DIXON, Carol N. Práticas de letramento em sala de aula: uma análise de ações letradas como construção social. **Rev. Port. de Educação** [online]. v. 20, n. 2, 2007, p. 7-38.

CEARÁ. Secretaria da Educação. **Proposta didática para alfabetizar letrando do 2º ano**: caderno do professor 1a e 2a etapa/ Secretaria da Educação – Fortaleza: SEDUC, 2018.

CEARÁ. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Documento Curricular Referencial do Ceará**: educação infantil e ensino fundamental/Secretaria da Educação do Estado do Ceará.- Fortaleza: SEDUC, 2019.

DOLZ, J.; ABOUZOID, M. Pluralidade dos gêneros e singularidades do texto: tensões constitutivas da didática das línguas. **Linha D'Água**, v. 28, n. 2, 2015. p. 5-25. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/linhadagua/article/view/105440>. Acesso em: 06 fev. 2020.

FAILLA, Zoara. **Retratos da leitura no Brasil**. 4. ed., Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKI, Ana. **Psicogênese da Língua escrita**. Trad. Diana Myriam Lichtenstein, Liana Di Marco e Mário Corso. Porto Alegre: Artes Médicas sul, 1999.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. **Pedagogia e prática docente**. 1. ed., São Paulo: Cortez, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2002.

KLEIMAN, Ângela. (Orgs.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1995.

MENDONÇA, Onaide Schwartz. MENDONÇA, Olympio Correa Mendonça. **Alfabetização método sociolinguístico: Consciência social, silábica e alfabética em Paulo Freire**. São Paulo: Cortez, 2007.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Melhoramentos, 2020. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=Lzmv>. Acesso em: 10 mar. 2022.

MORTATTI, Maria do Rosário Lago. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, p. 329-341, 2010.

SENNA, Luiz Antônio Gomes. **Letramento: princípios e processos** 1. ed., Curitiba: Intersaberes, 2012.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SOARES, Magda. **Alfabetização: a questão dos métodos**. São Paulo: Contexto, 2016.